

JORNALISMO ECONÔMICO NO CONTEXTO BRASILEIRO¹

Ailanda Ferreira Tavares²
Avani Maria Campo Corrêa³
Adriana Omena⁴

Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, MG

RESUMO

As transformações culturais e sociais estão atreladas ao processo de mudanças dos meios de comunicação, que ganharam novos aliados e estruturas tecnológicas. Hoje as pessoas buscam ser informadas pela acessibilidade que os instrumentos de comunicação proporcionam. Com o passar dos tempos o jornalismo vem ostentando uma constelação de mudanças na área política e da economia, no qual cada meio de informação tenta se adequar a essas transformações, levando para suas editorias novos meios de fazer notícias. O Jornalismo Econômico no contexto brasileiro foi pesquisado, desde a ditadura militar até a crise econômica atual.

PALAVRAS-CHAVE: Instrumentos de comunicação; Jornalismo Econômico; Contexto brasileiro.

TEXTO DO TRABALHO

A história do jornalismo econômico no Brasil está diretamente ligada à história político-econômica do país. Na década de 1960, os jornalistas eram censurados. Alguns anos depois a democracia fazia parte da república do Brasil que também passou por uma forte crise econômica, para posteriormente chegar ao Plano Real, mudando este cenário. Nesta pesquisa, as fases da economia brasileira desde 1960 serão analisadas, vinculadas às maneiras de informar e noticiar o jornalismo econômico de forma geral.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Mestranda do Curso Tecnologia, Comunicação e Educação, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), email: ailanda11@yahoo.com.br

³ Aluna Especial do curso de Mestrado Profissional de Tecnologia, Comunicação e Educação, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), email: avacorrea@hotmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Coordenadora do programa de pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, orientadora do trabalho. Email: adriomena@gmail.com

Da Crise ao Milagre

O Jornalismo Econômico está há muito tempo presente nas editoriais dos jornais. “Partindo da ideia de que o papel do jornalismo econômico é o de contribuir para impulsionar o progresso, fazendo análises, emitindo sugestões e esclarecendo a realidade econômica” (ERBOLATO, 1981, apud JACOBINI, 2008, p. 190), surge à discussão sobre qual o tratamento os jornalistas dão a notícia econômica desde a ditadura.

A partir da década de 1960, o jornalismo econômico adquiriu maior expressão, refletindo tendências, reações e comportamento do mercado financeiro. Surgiu uma demanda por notícias do mundo econômico, com consumidores de informação representados por empresários, economistas, assessores técnicos privados e governamentais, estudantes e faixas mais esclarecidas da população (QUINTÃO, 1987).

“A evolução do cenário internacional, nesse período (1930-1964), foi assinada por mudanças profundas, quer nos planos econômicos, político e social, quer na estrutura do poder mundial” (BRUM, 1997, p. 193). O fato é que a mudança do perfil dos demandantes da notícia econômica resultou numa ampliação da divulgação do jornalismo econômico. Passou a ocupar o espaço antes direcionado para o jornalismo político, ainda mais no período de governo autoritário durante a ditadura militar. Ao se falar de Jornalismo Econômico, Quintão (1987) relata que os moldes de como é praticado, pode ser observado ainda na década de 1950, quando o governo de Juscelino Kubitschek se aproximou do capital estrangeiro na expectativa de, modernizar o incipiente parque industrial brasileiro.

Os assuntos da economia que são notícias estão relacionados com o ufanismo desenvolvimentista, com a retórica nacionalista de defesa ou não do capital estrangeiro, com as questões relativas à exploração do petróleo, às riquezas minerais, à defesa dos produtos primários de exportação, especialmente o café, ou os índices da “carestia” (QUINTÃO, 1987, p. 59).

Esses temas viraram teses nos programas dos partidos ou no discurso dos políticos e que se tornaram notícia. A economia do Brasil apresentava um ritmo de crescimento declinante no início dos anos de 1960. Parecia o esgotamento das possibilidades de crescimento econômico com base na expansão na indústria de bens de consumo duráveis. No final do governo de Juscelino Kubitschek houve uma redução no volume de investimentos. Foi necessário recorrer a empréstimos externos de curto prazo



e emissões de moeda, com reflexos posteriores no agravamento da dívida externa e na elevação dos índices de inflação (BRUM, 1997).

A partir dos anos 1960, os jornais organizaram suas editorias de economia, atraindo os melhores profissionais do ramo. Era a editoria que mais crescia e que ganhava espaço. O trabalho de apuração das informações passou a ser segmentado por setores econômicos (CALDAS, 2005).

Brum (1997) relata que no período de 1961 a 1964, a nação brasileira percebeu-se cada vez mais envolvida numa crise global. O país havia chegado a uma espécie de encruzilhada histórica. Distintas forças econômicas e sócio-políticas disputavam a hegemonia nacional, num clima de desconfiança, confusão e radicalização ideológica. O governo mostrava-se inseguro e sua ação era insuficiente e incapaz.

A crise teve seu prelúdio na eleição de Getúlio Vargas em 1950; seu momento trágico no suicídio em 24 de agosto de 1954; seu estopim na renúncia intempestiva do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, seguida pelo veto militar à posse do vice-presidente; e seu desfecho no golpe de 1964, que depôs o governo de João Goulart. No centro da disputa, o rumo que deveria ter o desenvolvimento brasileiro (BRUM, 1997, p. 257).

Isso foi o conjunto de fatores que contribuíram para o agravamento da situação de insegurança vivida pelo povo. Um aspecto citado por Brum (1997) foi a presidência de Jânio Quadros, que assumiu em 1961, e anunciou um plano ortodoxo de estabilização; cortes dos gastos públicos, contenção da expansão monetária; redução dos subsídios para a importação do trigo e petróleo; e a forte desvalorização cambial. O quadro econômico evoluiu para um processo de estagnação/recessão, com a queda na renda *per capita* e o aumento da inflação. Com o agravamento econômico, o empresariado se retraiu. Foram reduzidos os investimentos, por falta de recursos.

Em 1964, vem o Golpe Militar e com ele o “Estado de exceção” regulado pelos atos institucionais, editados no âmbito do Executivo, sob o comando dos militares, que absorve para si atos e decretos-lei (QUINTÃO, 1987). De acordo com Brum (1997) o movimento armado iniciado em 31 de março de 1964 fez com que governo Goulart rompesse com as instituições do país.

Os partidos políticos são extintos, políticos, jornalistas e os cidadãos são cassados ou perseguidos pela repressão. Editam-se uma nova Lei de Segurança Nacional, uma nova Lei de Imprensa, leis e decretos fortalecendo o papel da censura (QUINTÃO, 1987, p. 61).

Com a ausência da atividade política, o jornalismo vai se silenciando. Segundo Basile (2002) após 1964 houve uma diminuição da cobertura política por conta da



pressão que os meios de comunicação passaram a sofrer por parte dos militares. “A imprensa, duramente atingida pela censura, tinha, no entanto, condições de cobrir as transformações econômicas que, para o bem e para o mal, iam mudando a face do Brasil” (BASILE, 2002, p. 84). Nesse período, os destaques foram: a baixa inflação, elevados níveis de crescimento econômico e o pesado endividamento do setor público. Os recursos levantados no início do ciclo são utilizados para a construção de grandes obras de infraestrutura social.

A nação, manietada em suas liberdades, assiste passivamente ao lançamento e desenvolvimento desse processo. Os líderes dessa arrancada desenvolvimentista, administradores de elevada competência técnica mas pouco dispostos a discutir as condições sob as quais esse desenvolvimento está sendo obtido, se expressam em uma estranha língua, parecida com o Português, mas ininteligível para a população. É o *economês* (BASILE, 2002, p. 71- 72).

Ainda nesta mesma linha de considerações Caldas (2005) afirma que o jornalismo econômico cresceu e ocupou espaço próprio na época da ditadura militar. A política era privilégio dos generais, que a praticavam nos bastidores, quase sempre para conspirar entre eles próprios. Segundo a autora na época das restrições ao exercício do jornalismo, os periódicos passaram a oferecer aos leitores informações de serviço e utilidade pública. A editoria de economia também teve que se adaptar aos tempos difíceis e especializou repórteres no segmento de economia popular.

Quintão (1987) cita que a redução do espaço do noticiário político por força da ação da censura é absorvida pelos novos segmentos profissionais liberais modernizantes e modernizadores, economistas, administradores, engenheiros, estatísticos, gerentes de empresa. E faz com que o noticiário de Economia tome forma semântica e morfológica própria, ocupando o maior número de páginas nos jornais e, em alguns momentos, hegemônico dentro do noticiário.

Caldas (2005) menciona que o jornalismo econômico alcançou também a televisão, com grande sucesso. Porque em lares de milhares de famílias, o noticiário de TV era vigiado pelos militares. Até os anos de 1970, a televisão não tinha experiência em lidar com assuntos econômicos. Havia somente uma certeza: o público de TV abrange diferentes classes sociais. Então, nada de *economês*; a linguagem popular era obrigatória.

A ação do militares, no plano econômico, seguia algumas diretrizes básicas, complementares e integradas: criar e assegurar condições para a economia; consolidar o sistema capitalista; integrar a economia do país no sistema capitalista internacional; e



transformar o Brasil em potência mundial. Essas diretrizes foram expressas com maior consistência no I Plano Nacional de Desenvolvimento- 1970-1974 (I PND). A estratégia tinha o objetivo de compatibilizar o crescimento acelerado da economia com o controle da inflação (BRUM, 1997).

Ultrapassada a fase de estabilização, o país estava preparado para uma nova etapa de expansão econômica. O crescimento econômico acelerado passou a ser a preocupação central. Seu carro-chefe, a expansão industrial, sobretudo a indústria de bens de consumo duráveis. Era uma opção que priorizava o consumo das camadas alta e média da sociedade e os setores industriais que produziam esses bens. Um modelo econômico característico de sociedade em elevado estágio de desenvolvimento e com alto padrão de vida (BRUM, 1997, p. 322).

A partir dessa fase o país apresentou uma extraordinária expansão. Essa fase foi chamada de “Milagre Brasileiro”. Conforme Brum (1997, p. 322) “por essa expressão entende-se um período de vários anos consecutivos em que a economia do país, favorecida por vários fatores e circunstâncias, teve um crescimento acelerado”. Isso explica o porquê das taxas anuais terem sido superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos, com a média inferior a 20%.

Segundo Jacobini (2008, p. 194, grifo do autor) “o destaque dado às notícias exaltando o “milagre econômico” cresceu e surgiram tanto os primeiros editores especializados quanto a necessidade de um espaço voltado especificamente para o assunto”. Havia uma nova variedade de notícias, matérias com análises dos fatos econômicos e suas repercussões. De acordo com Bahia (1990), a constante importância do mercado, começou a ficar evidente nesta época. O período de crescimento do “milagre” incentivou a difusão de fatos ligados a negócios, bolsas de valores, mercado de capitais e decisões do Conselho Monetário Nacional.

Quintão (1987) enfatiza que o novo noticiário econômico não tratará de questões polêmicas. Insistirá nas grandes operações financeiras, na abertura de capitais por empresas tradicionais, ou questões ligadas à agropecuária.

Dedicará ainda uma boa parte do seu espaço editorial a debater anos seguidos quem e o que seriam as correntes do pensamento econômico contemporâneo: se “estruturalistas”, “monetaristas” ou “pós-keynesianos”, ou ainda, discutindo academicamente se a inflação brasileira é de “custo” ou de “demanda” (QUINTÃO, 1987, p. 79).

Essas informações, veiculadas pela grande imprensa, refletem as mudanças introduzidas na economia brasileira, e começam a aparecer os comentários econômicos, através de entrevistas com economistas e empresários.



Segundo Brum (1997) a Economia mundial e brasileira foi abalada a partir de outubro de 1973, pois nesse período houve a quadruplicação dos preços do petróleo. O mundo entrava numa nova era. A Economia mundial, antes em franca expansão, entrou em declínio de produção. A Economia brasileira também vinha de um período de elevada expansão (“milagre brasileiro”). As indústrias estavam funcionando com aproveitamento de quase toda a capacidade instalada.

Para aumentar a produção, havia a necessidade de novos investimentos. A brusca elevação dos preços de produtos essenciais que o Brasil importava em grande quantidade, como petróleo, carvão, aço, petroquímicos, fertilizantes, papel e industrializados diversos, sobretudo bens de capital (máquinas, equipamentos e aparelhos), provocou acentuado desequilíbrio (déficit) na balança comercial e no balanço de pagamentos com o exterior e revelou a alto grau de vulnerabilidade econômica do país (BRUM, 1997, p. 357).

Como tudo isso, a inflação retornou o impulso ascendente, com a tendência a acelerar. E, neste momento “uma informação sobre as taxas de inflação, ou das cadernetas de poupança, ou dos reajustes cambiais, [...] torna-se tão importante para [...] seus leitores quanto o valor intrínseco das próprias moedas” (QUINTÃO, 1987, p. 82). Nesse cenário econômico as informações eram vistas como uma mercadoria precíval. Portanto, a necessidade de agilidade de precisão na divulgação de matérias sobre Economia era imprescindível.

A Democratização Nacional

Depois do Brasil passar por uma instabilidade econômica, no dia 15 de março de 1979, o general Figueiredo assumiu a Presidência da República, com o objetivo de consolidar os êxitos econômicos e políticos: a inserção país no Primeiro Mundo e a implantação do regime democrático no Brasil (BRUM, 1997).

Segundo Gremaud *et al* (2004) o governo de Figueiredo teve início com Mário Henrique Simonsen no comando central da economia. Os desequilíbrios externos como a aceleração inflacionária, excesso de demanda interna, materializada no déficit público, foram os principais problemas econômicos deste período. A política econômica procurou centrar-se no controle da demanda agregada. A crise estava aumentando, caminhando para um “choque ortodoxo”, com a inoperância dos instrumentos de política econômica tradicionais. A ameaça de queda da atividade econômica levou a grande reação política e à substituição do ministro em 1979.

Esse quadro político é acrescido de mais três instrumentos de direcionamento e formação do grupo de repórteres de Economia, que surge e se desenvolve na década de

1970: o uso do *pool*, do *press release*, e da informação *off record*. São alternativas que levam o repórter a uma acomodação às versões dos fatos que acontecem (QUINTÃO, 1987).

Para Quintão (1987) o *pool* (troca de informações entre jornalistas) é o fruto não apenas da ameaça e da consequência do “furo” nos jornais, mas da necessidade de cada um proteger-se da possibilidade de uma matéria vir a ser desmentida pelas autoridades. A mesma matéria publicada em mais de um jornal é aceita como uma confirmação da verdade.

Ainda conforme o autor, os jornalistas econômicos enfrentaram um sério obstáculo, a enxurrada de *press release* (matéria oficial redigida e que contém apenas a versão da fonte de informação), emitida para as redações dos jornais. O objetivo do *press release* era de dar direção ao noticiário econômico, de forma a evitar interpretações sobre a versão oficial. Exercia uma censura indireta sobre a cobertura jornalística.

Essas condições levam aparecimento da informação *off record*, ou seja, confidências de fontes identificadas no noticiário como “fontes qualificadas”. Essa prática é iniciada em nível dos escalões inferiores do Governo. Significa que o jornalista recebe informações, mas não pode transmiti-la, sob pena de descredenciamento (QUINTÃO, 1987).

Gremaud *et al* (2004, p. 420) relata que “a piora situação cambial levou o governo, já em 1980, a reverter a política econômica e a adotar uma política ortodoxa, denominada ajustamento voluntário”, pois ainda não havia recorrido ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à renegociação da dívida.

No Brasil, esse processo de ajustamento iniciou-se em 1980, de forma voluntária e aprofundou-se a partir de 1982. Segundo Kucinski (2000), a partir dos anos 1980 a economia era o centro da temática jornalística. “Foi um momento que favoreceu o surgimento de novos termos e jargões típicos a essa forma de pensamento, como globalização, mercados emergentes e reinserção competitiva” (KUCINSKI 2000, p. 188, grifo nosso). Com isso, o jornalismo econômico tornou-se um aparelho do Estado e de suas políticas econômicas, como instrumento da elite para reproduzir o sistema.

A economia brasileira apresentava claros sinais de fraqueza, para manter o ritmo de expansão. Com o agravamento da crise, tornou-se mais forte a pressão dos credores externos (BRUM, 1997).



Terminava melancolicamente a era de facilidade de crédito externo, com que o Brasil financiara o crescimento acelerado da economia durante décadas. Em novembro de 1982, as autoridades da área econômica do governo anunciaram a necessidade de o Brasil submeter-se às exigências dos credores, sob a tutela e a auditoria do FMI. Na prática, era a falência financeira do país. O acordo com o Fundo foi firmado em fevereiro de 1983. Transferiam-se para o sistema financeiro internacional as decisões fundamentais sobre a gestão financeira e econômica do país (BRUM, 1997, p. 390).

A única saída era conseguir superávits na balança comercial, através de maiores estímulos às exportações. As redações reorganizam-se neste período, fazendo adaptações internas. “Criam uma nova divisão de trabalho, dentro da qual a editoria de Economia começa a se destacar das demais áreas, pela relação que apresenta com a conjuntura econômica e a hermeticidade dos temas tratados” (QUINTÃO, 1987, p. 95, grifo nosso). Dentro dessa nova organização é recomendada a cobertura da área econômica por repórteres especializados.

Esse processo de ajustamento se deu em um contexto de abertura política com amplos questionamentos sobre a condução da política econômica pelo governo (GREMAUD *et al*, 2004) . O autor ressalta que esse fato se manifestou na derrota do partido do governo nos principais estados, na eleição para governadores em 1982.

Todo esse questionamento ganhou força no contexto de governo em 1984 e o movimento das “Diretas Já”. Assim, apesar de se ter conseguido o ajustamento externo, o modelo adotado era cada vez mais questionado por grande parte da população, que tinha o desemprego como ameaça latente. A inflação mostrava-se renitente a políticas ortodoxas, e várias vozes defendiam formas alternativas de combate à inflação. Enfim, foi nesse clima que terminou o regime militar e se iniciou a Nova República, com a esperança de fazer os ajustamentos, sem impor sacrifícios à população (GREMAUD *et al*, 2004, p. 425).

A condução da Nova República elegeu o combate inflacionário como meta principal. “De forma melancólica chegava ao fim o ciclo militar” (BRUM, 1997, p. 396). No Brasil o regime político chegou nos 21 anos de vigência. Ainda conforme o autor, com a volta dos militares aos quartéis e dos civis ao exercício, iniciava-se um novo ciclo histórico. Segundo Brum (1997) o país estava numa crise econômica profunda e apresentava escassez de quadros políticos qualificados. Além dos graves problemas econômicos e sociais, havia ainda um longo caminho a percorrer para a institucionalização do Estado de Direito Democrático.

A nova fase se inicia com um conturbado quadro político. O candidato da oposição, Tancredo Neves, venceu as eleições em função de uma ampla aliança. Mas, não chega a assumir, pois morre antes de ser empossado presidente do Brasil. O ano de 1985 foi marcado por uma série de indefinições e mudanças na política econômica.

Uma das explicações é a heterogeneidade do ministério também na área econômica (GREMAUD *et al*, 2004).

Ao se falar em Jornalismo Econômico, Basile (2002) ressalta que após a redemocratização do país, em 1985, com a eleição de Tancredo Neves e, sobretudo, ao traumático processo de tratar estabilizar a moeda, que tomou dez anos seguintes, a imprensa econômica vai se especializando cada vez mais. “A democratização foi também um movimento de ampliação do espaço para imprensa econômica” (BASILE, 2002, p. 75). O autor se refere às redes de televisão que davam pouco espaço à economia, e que passaram a se preocupar com o tema.

Ao referir-se a tal assunto Caldas (2005) nota que abolida a censura, o jornalismo econômico se preocupa menos com a explicação didática e em prestar serviços, sendo mais focadas na conjuntura, nos efeitos das sucessivas crises econômicas dos últimos quinze anos, crises que afetam a vida das pessoas indistintamente, sejam pobres ou ricos. Os sucessivos acordos com FMI, as polêmicas sobre as taxas de juros, o crescimento ou a queda da produção industrial e agrícola, o salto da balança comercial, o aumento de desemprego, todos esses assuntos que passaram a ser abordados, com naturalidade, nos telejornais do país.

A Nova República

A passagem do governo militar para um presidente civil, em 1985, foi fruto de compromisso das forças políticas majoritárias. Brum (1997) argumenta que a Nova República constituía-se de um novo ciclo histórico com décadas de duração. Abalada no seu alvorecer, em função do falecimento do presidente Tancredo Neves, acabou apenas a uma etapa da transição, coordenada por políticos civis.

Quintão (1987) aponta que o jornalismo econômico exige um enxugamento da retórica política do noticiário. São introduzidos cálculos estatísticos e uma linguagem específica da Economia no texto das notícias e análises. O noticiário passa a exigir também especializações sofisticadas. “Aparecem repórteres especializados em siderurgia, finanças, matérias-primas, química e derivados, mercados de capitais e outros” (QUINTÃO, 1987, p. 96). Na medida em que era absorvida, a editoria de Economia torna-se mais fechada e menos acessível.



Gremaud *et al* (2004) afirma que foi tentado diferentes formas com uma série de planos econômicos que visavam a queda da inflação. Entre os planos destacam-se: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1991) e Real (1994). O Plano Cruzado teve início em 28 de fevereiro de 1986 e introduziu uma nova moeda, substituindo o cruzeiro pelo cruzado. Foi definido regras de conversão de preços e salários de modo que evitasse efeitos redistributivos e que buscassem um “choque neutro” que mantivesse sob o cruzado o mesmo padrão de distribuição de renda do cruzeiro (GREMAUD *et al*, 2004).

Criava-se, naquele momento, uma “cultura” de valorização da economia e dos economistas - incluindo a valorização dos economistas por parte dos jornais, bem como do jornalismo econômico e dos jornalistas de economia. Esta cultura não se alterou com a redemocratização, após a qual os jornalistas da área econômica continuaram a desfrutar grande prestígio nas redações e o jornalismo econômico permaneceu ocupando importantes espaços na imprensa, havendo inclusive o aumento do número de páginas dos cadernos dedicados a essa área (DINES, 2003 apud SOARES, 2004, p. 91-92).

Isso porque os economistas passaram a ter o papel e o espaço antes conferidos aos políticos. Conforme Soares (2004) o Plano Cruzado não marcou o início e a popularização da Economia com tema público, mas o jornalismo econômico ganhou espaço nos veículos de comunicação e nas redações. “A economia tomava conta da vida pública do país, e era preciso explicar as medidas econômicas à população” (SOARES, 2004, p. 238). Isso aponta o amplo leque de defesa de medidas econômicas formado pelos diferentes meios de comunicação social.

Gremaud *et al* (2004) explica que o Plano Bresser foi anunciado em 12 de junho de 1987. Não tinha por objetivo a inflação zero, nem eliminar a indexação, somente deter a aceleração inflacionária e evitar a hiperinflação, promovendo um choque com a retirada do gatilho e a redução do déficit público. Ao contrário do Plano Cruzado o Plano Bresser era considerado um plano de emergência.

O Plano Verão visava evitar erro do Plano Cruzado. Foi de curta duração, pois o governo não realizou nenhum ajuste fiscal, o que mantinha elevados e crescentes os déficits públicos (GREMAUD *et al*, 2004). Nessa mesma linha de considerações o autor destaca o Plano Collor I, que tinha como preocupação básica o combate à inflação. E para evitar a especulação, o governo deveria manter a taxa de juros alta e estável. Porém, os maus resultados, no início de 1991, levaram a uma nova tentativa de estabilização: o Plano Collor II, que visava eliminar o *overnight* e outras formas de indexação e um congelamento de preços e salários.

De acordo com Cazes (2009) no Plano Collor os jornalistas tentaram se especializar em tentar “mastigar” o plano, porque era muito difícil compreender. “O jornalismo aprendeu como fazer, por exemplo, cartilhas, como forma de tornar tanta informação acessível para a população” (CAZES, 2009, p. 02). Esse foi o maior desafio. Ganhava quem fizesse um jornalismo mais didático.

Lene (2009) destaca que na década de 1990, o jornalismo econômico valorizava o uso de matérias seguidas de tabelas, gráficos e infográficos para tornar ainda mais didática a notícia e para acompanhar os novos hábitos de um leitor que também vai buscar notícias econômicas na Internet.

Para Brum (1997, p. 482) “o combate efetivo à inflação foi desencadeado com o Plano Real, anunciado em 7 de dezembro de 1993”. A causa básica da inflação era a desordem financeira e administrativa do setor público. De acordo com Brum (1997) o Plano Real teve por objetivo estabilizar a moeda e recuperar a confiança, atacando a inflação.

À medida que o Brasil foi sendo governado por pacotes — ou desgovernado — o jornalismo econômico foi ocupando mais e mais espaço nos nossos meios de comunicação, especialmente na mídia impressa, até se constituir em núcleo organizador do noticiário. De legitimadora da política, a economia passou a legitimadora do jornalismo, numa inversão ética agravada pela natureza dessa economia, voltada não à satisfação do homem, e sim às necessidades de acumulação do capital. Paradoxalmente, apesar da extensão do espaço dedicado pela mídia à economia, pouca gente consegue entender a natureza do “mal-estar econômico”, incluindo intelectuais, estudantes e professores universitários e até mesmo empresários, sistematicamente surpreendidos por crises e pacotes (KUCINSKI, 2000, p. 14).

O discurso do jornalismo econômico, a partir Plano Real, tornou-se totalmente homogêneo, numa sociedade polarizada, e dividida, na qual existem várias correntes de opinião. Conforme Kucinski (2000) o jornalismo econômico não vem refletindo, vem suprimindo as divergências na sociedade.

Cazes (2009, p. 03) comenta que “com o Plano Real, o jornalista econômico entrou em uma nova fase”. A rotina de plano e boatos ficou para trás. Conforme o autor, no fim de 1994, a crise do México, a primeira de uma série de crises internacionais deste período, anunciava que tudo mudou. As novas tecnologias, como celular e internet, começavam a se integrar ao cotidiano do trabalho jornalístico. Se antes bastava acompanhar a ação do Banco Central e da Bolsa de Valores brasileiros, a partir da década de 1990 não era mais suficiente.

As campanhas presidenciais constituem-se num “momento estratégico”, e por isso, logo no seu início, mudam os procedimentos internos de controle na mídia, criam-se chefias e hierarquias especiais e filtros adicionais do noticiário. “No tratamento de



temas não considerados pelo poder como estratégicos, a mídia, talvez até por um mecanismo de compensação, vem se revelando cada vez mais pluralista e crítica” (KUCINSKI, 2000, p. 14). Entre esses temas estão os problemas clássicos do transporte público, violência, drogas, habitação, educação e saúde, e os temas naturalmente polêmicos, como o aborto.

A Crise Econômica Atual

Os grandes inimigos da estabilidade capitalista sempre foram a guerra e a depressão. “A economia não está em depressão; e provavelmente não cairá em depressão, apesar da magnitude da crise” (KRUGMAN, 2009, p. 191). Segundo o autor economia da depressão significa que pela primeira vez em duas gerações há fatores limitativos e atuantes à prosperidade econômica em boa parte do mundo: falhas na demanda da economia e insuficiência dos gastos privados para usar a capacidade produtiva disponível.

Contraditoriamente, sob certo aspecto, as debilidades teóricas da economia do lado da demanda são uma das razões do despreparo para o retorno de temas relacionados com a depressão (KRUGMAN, 2009). O autor menciona que em curto prazo o mundo vive de crise em crise, todas envolvendo o problema de gerar demanda suficiente.

Japão, de princípios da década de 1990 em diante; México, em 1995; México, Tailândia, Malásia, Indonésia e Coreia, em 1997; Argentina, em 2002; e quase todos, em 2008; sucessivos países experimentaram recessão que, ao menos temporariamente, desfaz alguns anos de progresso econômico, e constatam que as reações das políticas públicas convencionais não parecem surtir qualquer efeito. Mais uma vez, a questão de como criar demanda suficiente para explorar ao máximo a capacidade instalada se tornou essencial. A economia da depressão está de volta (KRUGMAN, 2009, p. 194).

O mundo parecia que precisava de uma operação de socorro. Nesse contexto, a cobertura econômica oferece análises e interpretações. “Sendo que o futuro está cada vez mais ligado ao caráter didático do noticiário” (JORGE, 2008, p. 83), a fim de mostrar ao leitor aquilo que lhe afeta o bolso, procurando desenvolver uma consciência crítica em relação às decisões do Governo.

Do ponto de vista econômico a crise econômica no Brasil, Oliveira (2013) destaca que já se desenhava há três anos quando já se verificava o descaso do Governo Federal com o descontrole da inflação. Pois bem, a inflação voltou e o seu comportamento é que vai ditar o futuro político do país.



A jornalista e especialista na área econômica, Leitão (2015) relata que a gestão petista em três mandatos tomou decisões insensatas, e a palavra final ficou sempre com os presidentes Lula e Dilma. A presidente era ministra da Energia, presidente do conselho de administração, chefe da Casa Civil, antes de assumir o governo. Os dois são responsáveis pela crise.

Os preços foram controlados para que a inflação ficasse abaixo do limite máximo permitido pelas metas de inflação. A defasagem vigorou durante anos. A Petrobras passou a pagar mais pelo produto importado do que podia cobrar por ele. A ex-presidente Graça Foster pediu várias vezes que os preços fossem corrigidos, mas não conseguiu. A direção da empresa rasgou os mais elementares conceitos da boa gestão.

O governo Lula interrompeu os leilões para mudar o modelo de exploração para partilha, criar outra estatal de petróleo, redividir os royalties. Perdemos o melhor momento do mercado, quando havia vontade de investir no Brasil, capital sobrando, e poucas alternativas.

Como se não fosse suficiente manipular os preços, afugentar investidores, impor projetos errados e ocultar informações de órgãos fiscalizadores, ainda houve a corrupção. A empresa foi retalhada dando uma gleba para cada partido da base. Equivaleu a uma licença para assaltar. Os operadores políticos e seus escolhidos dividiram o butim do ataque à maior empresa do país.

A Petrobras ficou à beira do abismo. A cratera que se abriu em suas contas foi calculada em R\$ 51 bilhões. Pode ter sido muito mais, se contar o custo de oportunidade de ter seguido outro modelo de administração que evitaria o desperdício de recursos em projetos equivocados, alguns deles, abandonados. O uso da empresa como se fosse propriedade do partido provocou a destruição de riqueza coletiva. Tudo nasceu do erro inicial: o PT, ao ser eleito, achou que tinha virado o dono das empresas que são públicas. (LEITÃO, pg. 01, 2015)

Contudo, a Jornalista acredita que a recuperação vem no fim do ano. “A expectativa dos agentes é de recessão com inflação alta em 2015, um ano que o governo vai aproveitar para fazer ajustes. Em 2016 a projeção é de crescimento de 1%. Ou seja, recuperaria em 2016 a retração deste ano”. (LEITÃO, 2015). A especialista ainda acredita que a negociação com o Congresso e as medidas impopulares são para atingir o objetivo maior de economizar 1,2% do PIB para pagar juros, meta da equipe econômica que precisa ser cumprida para que se mantenha a credibilidade. “Ela é parte importante das expectativas que o relatório Focus recolhe todas as semanas, e que projetam uma recuperação da economia brasileira em 2016. Para tanto, as políticas da nova equipe econômica têm que ser aplicadas”. (LEITÃO, 2015)

Ao falar de jornalismo econômico, Caldas (2005) afirma que é indispensável conhecer os mecanismos de funcionamento da economia. A população pode desconhecer a economia num sistema capitalista, o jornalista não. Caldas (2005) cita que o jornalista tem a obrigação de saber que o remédio para inflação quando ela ameaça fugir ao controle é aumentar a taxa de juros e desaquecer a economia. “Simplesmente porque, com juros altos, o dinheiro em circulação diminui, as pessoas

compram menos, os industriais e comerciantes são obrigados a baixar o preço para conseguir vender” (CALDAS, 2005, p. 68) e por fim, a inflação tende a cair.

É a lei da oferta e da procura. Quando a procura de produtos é maior do que a oferta, os preços sobem e a inflação também. E quando, ao contrário, é a oferta que cresce, ocorre o oposto. Esta regra está nos manuais de economia e tem sido aplicada no mundo inteiro. O problema é que no Brasil a dose é exagerada, os juros são muito altos e o spread bancário (a diferença entre os custos de captação de dinheiro do público e de empréstimos dos bancos) é o mais elevado do mundo. É que aqui os chamados fundamentos econômicos são frágeis, a dívida pública é enorme, a moeda é ameaçada com frequência, o balanço de pagamentos é deficitário e a inflação pode voltar a qualquer instante. Este remédio vale em países que consideram prioridade combater a inflação. Em outros, onde o importante é manter a economia aquecida e os empregos mantidos, a opção é permitir uma inflação maior (CALDAS, 2005, p. 68).

No Brasil a origem da inflação é mais difícil e lenta de corrigir, porque está enraizada nas práticas da classe política. Caldas (2005, p. 69) cita que “o jornalista econômico precisa conhecer o que ocorreu, no mínimo, nos últimos 25 anos, para entender porque o Brasil é tão vulnerável a crises que vêm de fora”. Isso serve para aprender a lidar com os discursos dos políticos e governantes.

Segundo Leitão (2015) o Brasil ainda enfrenta sérios problemas em relação à competitividade e sem um projeto sustentável definido. “O Brasil aumentou muito o gasto com contratações, gastando cerca de 22% do PIB, sem nenhum investimento. Portanto, existe a perspectiva de fim da crise financeira e seus reflexos, mas, não existem indicadores de investimentos, o que dificultará uma perspectiva de crescimento a longo prazo.

Basile (2002) menciona que o jornalismo econômico que se exclua da sociedade e da política é negar-lhe a cidadania. “Uma imprensa econômica forte, competente, combativa, sensata, criativa é uma das melhores formas que o país pode ter para se ver no mundo, para se ver bem” (BASILE, 2002, p. 91). Para conhecer melhor suas chances de fracasso e sucesso, e para avaliar melhor os talentos e as fraquezas dos outros.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica-História da Imprensa Brasileira**. 4ª Edição. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

BASILE, Sidnei. **Elementos de Jornalismo Econômico**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Negócio, 2002.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 17ª Edição. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 1997.



CALDAS, Suely. **Jornalismo Econômico**. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

CAZES, Leonardo. **Os 40 Anos do Caderno de Economia do Globo: um panorama**. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/amanhanoglobo/posts/2009/09/17>>. Acesso em: 05 de outubro de 2009.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. **O Jornalismo Econômico e a Concepção de Mercado**: uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/fronteiras>>. Acesso em: 31 de setembro de 2009.

JORGE, Thaís de Mendonça. **Manual do Foca**. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. 3ª Edição. São Paulo: Ed. USP, 2000.

KRUGMAN, Paul. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2009.

LEITÃO, Miriam. **Governo acredita que recuperação vem no fim do ano**. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/>. Acesso em: 26 de abril de 2015.

LENE, Hérica. **A Emergência do Capitalismo Cognitivo e as Mudanças no Jornalismo Econômico**. 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pg>>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.

OLIVEIRA. **Economia brasileira: crise à vista**. Fórum Sindical dos Trabalhadores. Boletim Econômico. Ed. 01. 2013. Disponível em http://www.fnn.org.br/boletim_economico.pdf. Acesso em: 26 de abril de 2015.

QUINTÃO, Aylê Salassié Filgueiras. **O Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1987.

SOARES, Rafael Fortes. **A Torcida “Precisa e Imparcial”: Isto é, Veja e o Plano Cruzado**. Niterói. 2004. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos>. Acesso em: 05 de outubro de 2009.